

1. PRINCÍPIOS DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Os princípios da Orientação Educacional traduzem uma política de ação dessa área que deve permear todos os seus atos e momentos.

Vários são os princípios da Orientação Educacional. A seguir apontamos alguns que consideramos de sentido mais abrangente e apresentamos formas pelas quais os mesmos se podem traduzir nos planos de ação da área.

PRINCÍPIO UM:

A Orientação Educacional é um processo dinâmico, contínuo, sistemático e integrado em todo o currículo escolar. A fim de que o respeito a este princípio seja demonstrado, o plano de ação deve evidenciar:

1. a interligação das atividades da Orientação Educacional com as demais áreas e atividades do currículo;
2. características de sistematização e continuidade, em oposição à descrição de tarefas isoladas e descontínuas; essas características são principalmente evidenciadas na proposição dos objetivos gerais, que indicam uma preocupação com aspectos contínuos e recorrentes.

PRINCÍPIO DOIS:

A Orientação Educacional é um processo cooperativo e integrado em que todos os educadores, e em especial o professor, assumem papel ativo e de relevância

O plano de ação deve, pois, demonstrar:

1. o trabalho integrado e cooperativo entre professores, direção, especialistas em educação, pais e orientadores educacionais;
 - caso as expectativas, atitudes e prontidão para o trabalho dos demais educadores não sejam, num dado momento, adequados para uma ação integrada e cooperativa, deverão constar do plano objetivo para estabelecimento daquelas condições;
2. a assistência do orientador educacional prestada ao professor deverá voltar-se para:
 - a) um melhor entendimento dos educandos em sua individualidade;
 - b) criação de um ambiente equilibrado e propício ao desenvolvimento do aluno;
 - c) organização de procedimentos que atendam as necessidades básicas de orientação da criança.

PRINCÍPIO TRÊS:

A Orientação Educacional vê o aluno como um ser global que deve desenvolver-se harmoniosa e equilibradamente em todos os aspectos físico, mental, emocional, social, moral estético, político, educacional e vocacional.

O plano de ação deve apresentar:

1. objetivos específicos em todas as áreas, a fim de atender a todas as necessidades do educando e promover o seu desenvolvimento harmonioso;
 - observa-se que essa preocupação da Orientação Educacional pelo desenvolvimento global do educando é uma preocupação da própria educação, do que se conclui que sua efetivação deverá estar expressa em todas as áreas do currículo, sendo o programa de Orientação Educacional o elemento integrador de todas elas;
 - caso o Orientador Educacional julgue, tendo em vista a análise das necessidades dos educandos, considerados em geral ou em grupos, que um dos aspectos nominados é prioritário em relação aos demais, poderá dar-lhe especial atenção, desde que seu julgamento seja objetivamente fundamentado.

PRINCÍPIO QUATRO:

A Orientação Educacional é um processo de assistência direta ou indireta a todos os educandos, indistintamente.

O plano de ação deverá, pois, relacionar:

1. objetivos voltados para todos os alunos; estratégias de caráter preventivo e desenvolvimentista, de atendimento em grupo ou atendimento indireto, a fim de que esses objetivos possam ser realizados;

- as estratégias de implementação dos programas de Orientação Educacional devem procurar equacionar, com equilíbrio, o problema da proporção elevada de alunos por orientador educacional, mediante atendimento em grupo e em sessões de orientação;

2. assistência aos professores a fim de que estes possam melhor atender a todos os seus alunos, vendo-os e assistindo-os em seu processo de desenvolvimento global e em suas necessidades emocionais.

PRINCÍPIO CINCO:

A Orientação Educacional procura antes de tudo promover situações e condições que favoreçam o desenvolvimento do educando e prevenir situações de dificuldade, e não estabelecer-se como recurso de remediação de problemas já criados

O plano de ação deve demonstrar atenção para:

1. criação de um clima educacional equilibrado e cooperativo;

2. desenvolvimento de atitudes, hábitos, percepções, habilidades pessoais, etc., no educando.

2. Diretrizes do planejamento em Orientação Educacional

O planejamento em Orientação Educacional, a fim de ser eficaz, deve pautar-se pelos princípios anteriormente apontados, como também pelas seguintes diretrizes:

1. A promoção, direta ou indireta, do bem-estar do educando, do seu desenvolvimento e de sua autodireção deve constituir-se na base de todas as ações e objetivos da Orientação Educacional, devendo, portanto, constituir-se em diretriz do planejamento.

2. A realidade do educando e do seu contexto sócio-econômico-cultural deve ser levada em consideração, em todos os seus aspectos, quando da proposição de objetivos e atividades.

3. A maximização das habilidades e interesses de professores, pais e dos demais participantes diretos no processo de Orientação Educacional, bem como de agências da comunidade, devem ocorrer em todas as fases do planejamento.

4. Todas as pessoas a serem envolvidas na implementação do programa devem participar da fase de seu planejamento, contribuindo com suas idéias para o mesmo.

PLANO ANUAL DE AÇÃO**Descrição**

O plano anual de ação em Orientação Educacional caracteriza-se por apresentar as linhas globais de ação no âmbito da Orientação Educacional para o ano a que se refere. Essas linhas globais correspondem:

1. ao posicionamento da Orientação Educacional no processo educacional proposto pela escola;
2. às diretrizes gerais e ao enfoque de ação (remedial, preventiva e/ou desenvolvimentista; direta e/ou indireta; individual e/ou em grupo);
3. à identificação de necessidades amplas;
4. às proposições globais de ação para atendimento a essas necessidades.

O plano anual de ação estabelece o âmbito e o sentido geral da ação. Dado o seu caráter de generalidade, não é eficiente na orientação de ações específicas, mas serve para orientar e direcionar seu planejamento, que se traduzira em projetos de ação.

Qualidade De Flexibilidade

Tendo em vista a constante modificação de necessidades, inclusive face à própria atuação da Orientação Educacional e face a fatores vários, como por exemplo o fluxo da população escolar, o plano anual em Orientação Educacional deve caracterizar-se pela flexibilidade. Essa qualidade deve ser orientada não só para a necessidade de renovação do plano de ação, de ano para ano, a fim de atender à modificação das necessidades e condições de trabalho, mas também para uma amplitude tal que permita, no decorrer do ano para o qual é proposto, o estabelecimento das modificações que se fizerem necessárias. Portanto, o plano anual deve ser reajustado periodicamente, mesmo durante o processo de sua implementação. Isso porque:

1. é muito difícil se prever e controlar com precisão situações muito complexas e longínquas no tempo;
2. a ação encetada, por certo, acarretará uma série de mudanças, sendo que algumas inesperadas.

Se e quando o plano anual de ação de Orientação Educacional for repetido de ano para ano, sem alteração, pode-se antecipar que o mesmo se enquadra em alguma ou várias das seguintes situações:

1. foi elaborado com uma preocupação burocrática, no sentido de atender apenas a uma solicitação superior;
2. foi considerado e elaborado como um modelo teórico dissociado da ação (“na prática, a teoria é outra”);
3. não se baseou em uma análise adequada e atualizada da realidade;
4. não prevê e, conseqüentemente, não se baseia em avaliações periódicas, realizadas durante a ação (avaliação formativa) e avaliação do final das ações (avaliação somativa), que revelariam mudanças necessárias.

O planejamento é um processo contínuo. Portanto, o plano anual, como um plano de ação de qualquer outra amplitude, deve ser realimentado e reajustado periodicamente.

Qualidade de viabilidade

O plano anual de ação, por referir-se a problemáticas, objetivos e estratégias de sentido amplo, alcançáveis a longo prazo, corre o risco de não receber a devida atenção quanto aos aspectos de realização efetiva, tornando-os retóricos ou teóricos. Por esse motivo, é válida a afirmativa de que “o grande problema do planejamento não está em como preparar bons planos, mas como implantá-los” (Tristão, 1978, p. 8). Devem, portanto, os orientadores educacionais, a cada passo da elaboração do plano anual, analisar a viabilidade de suas propostas e ajustá-las à realidade, de maneira que possam ser efetivadas, pois planos são feitos para serem executados, e não se constituem em um fim em si próprios.

Deve-se, no entanto, considerar que se o plano anual não afeta, significativamente, a ação, o problema poderá residir no plano, por ser inadequado, e/ou no orientador educacional, por falta de capacidade deste para disciplinar sua ação e orientá-la objetivamente.

Componentes do plano

Um plano anual de ação deverá ter uma série de componentes, sem os quais será incompleto. O processo de planejamento envolve a análise e descrição desses componentes, feita de maneira a integrá-los e relacioná-los entre si, do que resulta a consistência e coerência de todas as partes e a integração da ação a ser desencadeada.

Esses componentes são, em geral, os mesmos dos de um projeto, variando apenas em especificidade. Os componentes essenciais serão a seguir descritos, em relação ao plano anual.

Levantamento e descrição da realidade

Toda intervenção que se proponha sobre uma situação deve estar baseada no conhecimento da mesma, tanto mais objetivo, específico e completo quanto possível. Desse conhecimento depende a própria validade da intervenção.

Por conseguinte, para que o planejamento tenha condições de adequar-se às condições do contexto para o qual se volta, torna-se fundamental e básico que se apóie em um levantamento acurado e preciso de dados e informações sobre esse contexto.

Da descrição da realidade deve constar:

A) Quanto aos alunos**1. Caracterização geral**

Deve-se identificar o número de alunos por série, turmas e sexo, mais a média etária dos mesmos por série. Essa caracterização numérica é imprescindível a fim de que se possa estabelecer a proporção de alunos em grupos de necessidades especiais, uma vez que se sabe que a nível de escolaridade, faixa etária e sexo correspondem diferentes interesses e necessidades, bem como que a proposta de estratégias e organização de atividades pode variar segundo as características do grupo de pessoas a que se destina.

2. Caracterização sócio-econômico-cultural

Diz respeito essa caracterização ao levantamento de informações a respeito de condições e aspectos da família e da comunidade em que vive o aluno e, em especial, da estimulação ambiental a que o aluno está sujeito.

Comumente faz-se o levantamento do nível de escolaridade, nível profissional e salário dos pais. Porém, essas informações, embora significativas, não são suficientes, pois não indicam, por si, necessariamente, o tipo de estimulação que estariam recebendo os alunos, uma vez que as pessoas de mesmo grupo social têm valores, hábitos e práticas variadas com relação à educação dos filhos, os quais exercem influências diversas e acentuadas sobre os alunos.

3. Caracterização de necessidades

Uma necessidade se constitui na discrepância entre um estado ou condição presente e um estado ou condição desejada (Kaufman, 1978). A caracterização de necessidades dos alunos refere-se portanto:

- à identificação do estágio de desenvolvimento dos alunos em relação a tarefas evolutivas que devem desempenhar, principalmente em relação às áreas
 - pessoal
 - social
 - educacional
 - vocacional;
- à determinação da diferença entre as condições presentes e as desejadas, face a expectativas individuais, sociais e educacionais quanto ao desempenho do grupo.

B) Quanto à escola**1. Caracterização dos recursos humanos, físicos e materiais**

Essa caracterização deve referir-se a todos os recursos relevantes para a realização de programas de Orientação Educacional e deve voltar-se para a identificação daquelas condições com que se pode contar,

mas também para aquelas que se devem propor, criar, modificar, a fim de se promover o aprimoramento gradativo da educação e do processo de Orientação Educacional. Deve envolver, portanto, além da identificação dos recursos, uma análise dos mesmos.

A caracterização dos recursos físicos e materiais disponíveis para o desenvolvimento do processo de Orientação Educacional indica, de um lado, as suas limitações e, de outro, as necessidades de criatividade em atividades e adaptação de funções e programas.

A caracterização de recursos humanos deve voltar-se não só para a identificação do número de pessoas envolvidas no processo educativo, suas respectivas funções e relação com a realização dos objetivos propostos na área da Orientação Educacional, mas também, e em especial, para:

- a) a percepção dessas pessoas quanto a seu papel na facilitação do desenvolvimento integral do aluno;
- b) suas expectativas quanto à ação do orientador educacional;
- c) sua predisposição, disponibilidade e preparação quanto a participar, cooperativamente, na realização dos objetivos de Orientação Educacional.

2. Caracterização do clima educacional

Diz respeito essa caracterização à identificação e análise de:

- a) normas, regulamentos e procedimentos adotados comumente na escola;
- b) atitude geral dos participantes do processo educativo quanto aos mesmos em todos os seus aspectos e quanto aos alunos;
- c) efeitos desses aspectos - sejam positivos, sejam negativos - na promoção do desenvolvimento integral do educando.

Será realizada essa caracterização de maneira a evidenciar a adequação do clima educacional aos propósitos da educação.